

Morte perinatal: a construção social da pessoa às margens da vida



MEMMI, D. (2011). *La seconde vie des bébés morts*. Éd. de l'EHESS.

No livro *La seconde vie des bébés morts*, publicado em 2011, a cientista política e socióloga francesa Dominique Memmi analisa a justaposição das experiências de gestação, nascimento e óbito. Após estudos sobre a relação entre dimensão corporal e engajamento em lutas sociais (1998), a autora articula o estatuto do corpo à biopolítica contemporânea e ao governo da palavra (Memmi, 2003; 2014; Fassin & Memmi, 2004). À luz das ciências sociais, a morte perinatal extrapola critérios biológicos e temporais – perdas ocorridas entre a vigésima semana de gravidez e o primeiro mês de vida, bem como interrupções médicas em qualquer momento da gestação (Delaisi de Parseval, 1998). Contudo, as representações dos falecimentos precoces evidenciam a emergência do fisicalismo (Duarte, 1999) para a noção de

* Psicóloga, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. CV: <http://lattes.cnpq.br/5480965597187039>



pessoa (Duarte, 2012) às margens da vida. A postura reflexiva acerca da corporeidade e da noção de si nos processos de individuação e inscrição coletiva justificam a relevância da obra e retomam o tema dos usos sociais do corpo, instrumento heurístico de uma leitura sensível às transformações no último terço do século XX.

A perspectiva de história das mentalidades reúne amplo inventário bibliográfico, com revisão sistemática de publicações acadêmicas em idiomas inglês e francês, jurisdição de registro vital, produções artístico-literárias e narrativas autobiográficas. Memmi evidencia novas abordagens e práticas na assistência maternoinfantil contemporânea, estruturadas na relação entre instituições e afetados pela perda precoce de um filho, com destaque às mulheres. A fim de verificar a fundamentação das gramáticas de cuidado e atenção ao luto perinatal, a autora discute como o manejo dos óbitos é revelador de nexos entre a antropologia do corpo e das emoções. A valorização da corporeidade como *locus* identitário e demarcador do estatuto de pessoa decorre do respeito à dor do par parental, pelo projeto de vida interrompido. Nesse sentido, o prestígio da figura da criança – especificamente, de nascituros/recém-nascidos – opera sobre as noções contemporâneas de família, geração, hereditariedade e produção de memória.

O livro está dividido em sete capítulos, além da introdução e conclusão. Os dois primeiros abordam o caráter paradoxal das condutas institucionais. A sobreposição dos eventos de nascimento/óbito demarca a ruptura jurídico-simbólica com a história da morte/morrer nas sociedades ocidentais modernas e a cultura de representação dos falecidos. Ao instituir/recusar para o ser em formação a qualidade de pessoa jurídica, as tensões concernentes ao reconhecimento e à categorização de conceitos (re)configuram os limiares e as etapas progressivas de produção do “humano”, determinam o direito ao luto e aos ritos funerários. Ante à noção de *res nullius* (p. 43), o exame cronológico das legislações francesas de registro civil (1804–2009) lança luz sobre mudanças ético-culturais, no que tange aproximações entre o estatuto de pessoa do ente intrauterino e a validação das identidades de mãe/pai. Ainda que tal gerenciamento dos corpos comprometa a legitimação de interrupções médicas e voluntárias de gravidez (IMG e IVG), a atribuição de personalidade aos conceitos não é auto evidente.

Em oposição aos modelos de negação e recalçamento da morte explicitados no século XIX (Ariès, 1981; 2012; Elias, 2001; Thomas, 1975), os comportamentos vigentes a partir dos anos 1980 em países anglófonos – Grã-Bretanha e Estados Unidos – e de 1990 na França propagam uma nova reflexividade diante da finitude. A identidade é redefinida e o suporte corporal contorna a totalidade da noção de si em distinção ao outro (alteridade), característica da sociedade individualista contemporânea. As famílias acometidas são encorajadas por equipes de saúde a ‘chorar’ o filho falecido. Entretanto, as condutas em relação aos óbitos precoces não se referem a carências ou reivindicações sociais, inscritas em pautas coletivas e debates públicos. As reflexões produzidas no livro resenhado assinalam que a oferta de serviços decorre sobretudo de voluntarismo institucional – iniciativas de profissionais, como porta-vozes de um mal-estar emergente e difuso.

Se, ao longo do século XX, as práticas consistiam em afastar o morto do seio familiar, as atitudes contemporâneas são distintas. A ética voltada à materialização do sofrimento no corpo do filho falecido, somada à legitimação discursiva de projetos de vida e família,



busca uma ressignificação dos óbitos. No curso da história, a representação de conceitos/recém-nascidos em produções artístico-literárias operou sob intensa pedagogia sensorial de formação identitária (Morel, 1998; 2001). Dentre os exemplos citados pela autora, estão a obra *El aquelarre* de Francisco de Goya (1797–1798), abordada por Charles Baudelaire (1985) em *Os faróis*, e as fotografias de Joel-Peter Witkin e do casal Daniel e Geo Fuchs. Os cuidados ofertados por profissionais em torno da morte perinatal colaboram para a inscrição da finitude nas sociedades, com atenção centrada na empatia.

Embora a análise sistemática das pesquisas de casos singulares (1971–1984) e de grupos sociais determinados (1970–2005) não apresentem efeitos relevantes às condutas sensoriais de ressignificação dos óbitos, a clínica impõe um gerenciamento contemporâneo do luto centrado na linguagem do concreto. O terceiro capítulo refuta a natureza científica dessas práticas: são amostragens pequenas, com ausência de população-controle e de métodos para medir a intensidade do luto e/ou do sofrimento psicológico. A ambição da estatística é normativa. A intimidade e a interiorização são desqualificadas. O enlutamento saudável é compartilhado, encarnado, controlado e mediado. Por meio de imperativos de elaboração da morte – “fazer o luto” (Raimbault, 2004) e “materializar a perda” (Dumoulin & Valat, 1998) –, os especialistas atuam como facilitadores à assimilação de projetos de vida e de família interrompidos.

A tônica preponderante de diferentes correntes do universo “psi” – psiquiatria, psicologia e psicanálise – no controle das mortes autorregula e normaliza as condutas da assistência em saúde. Todas compartilham o mesmo objetivo: é preciso colocar a finitude em discurso para elaborá-la. A história francesa das mentalidades empreendida por Memmi assinala a relevância da psicanálise nos discursos e práticas da especialidade em morte perinatal, segundo argumentos do quarto capítulo. As reflexões sobre a psicologização do morrer pela gestão das emoções demarcam a existência de duas noções freudianas balizadoras do exercício profissional do luto – o “tabu da morte” (Freud, 1915/2010) e o “princípio de realidade” (Freud, 1917 [1915]/2010). A psicanálise conceitua o luto como fenômeno que não demanda intervenções de/em saúde. Por sua vez, a melancolia é patológica (Freud, 1917 [1915]/2010).

Freud (1915/2010) descreve a tendência social de negação da morte; é impossível a um sujeito imaginar sua própria finitude. O recalçamento inconsciente permite a crença na imortalidade. Quando se trata do falecimento de outrem, evita-se falar sobre o ocorrido. Do hábito de valorização das causas decorre a significação dos óbitos como inevitáveis. As práticas de profissionalização do luto estão vinculadas a interpretações errôneas do “princípio de realidade”. A psicanálise prescinde de técnicas de conscientização da morte. A elaboração do luto por meio da circulação e do reinvestimento dos afetos é um processo que se completa em si mesmo. Não existem fatores facilitadores ou demandas de artefatos materiais – “espontaneidades fetichistas” pelas quais é possível rememorar o falecido e materializar sua morte (Freud, 1917 [1915]/2010).

A apreciação da teoria freudiana pelo enaltecimento do corpo justifica as propostas de enlutamento dos óbitos perinatais. A existência biológica no útero materno torna-se argumento central de Memmi na regulação de comportamentos frente ao óbito prematuro.

São reconfigurados os discursos e as práticas concernentes ao falecido, definido como ser corporal, autêntico e destinado ao futuro, membro da família. Frente às ameaças de “sujeitos à deriva”, os profissionais sensíveis ao fenômeno valorizam a pessoa encarnada de nascituros/recém-nascidos, segundo uma bricolagem de técnicas centradas em interpretações das gramáticas de conjugalidade e família. A ênfase nos rituais advém de orientações do ideário do “bom” luto perinatal, no qual a separação do falecido é necessária, saudável e evidenciada em novas posturas fúnebres. A teoria descritiva freudiana de “trabalho do luto” (Laplanche & Pontalis, 2001) é transformada em prescritiva (Hanus, 1976; Delaisi de Parseval, 1998).

O quinto capítulo é destinado à demografia e à raridade da morte prematura dos filhos. O controle dos corpos pela tecnologia aplicada e predição dos riscos autoriza o “desejo de criança” e o projeto de família (Théry, 1998; Yonnet, 2006) dos futuros pais. A medicalização da maternidade desacostuma à morte. Sob vigilância biomédica, a produção de descendentes passa a ser concebida como segura. Anteriormente à consolidação do hospital e à inscrição do saber médico nas populações, até o século XX, a perda de descendentes era corriqueira e familiar. As ações em saúde, sustentadas por modelos tecnocráticos e hospitalocêntricos, corroboraram à promoção da infância e do filho desejado no imaginário do par parental, o que reforça o sofrimento pela perda. Nos debates acerca do manejo do cuidado em contexto de morte prematura, as interlocuções com obstetras, parteiras e enfermeiras apontam abordagens médico-psicopedagógicas no âmbito da perinatalidade: trata-se de uma “psicologização do cuidado” e “medicalização da psicanálise” (p. 122).

A relação entre profissionais e famílias acometidas retoma a historiografia da dor (Baszanger, 1995), na qual sofrimentos físicos e psíquicos são valorados por éticas biomédicas de dignificação das vidas humanas. Os estudos de pesquisadoras francesas – como de Françoise Molénat, Sylvie Valat e Maryse Dumoulin – evidenciam a proposta científica de saberes situados na produção de práticas profissionais em saúde. Essa perspectiva engloba os esforços de valorização de colaboradores invisíveis. Às margens da ciência, são as acometidas e as profissionais/técnicas. As mentalidades em torno da procriação, dos papéis sexuais e de gênero acionam “exigências sociais” de reconhecimento do fenômeno nas pautas coletivas. As aproximações pelo feminino unem vivências pessoais e experiências profissionais de afetadas e cuidadoras, marcadas por mortes prematuras de filhos/pacientes. A retórica de “mulheres que choram com mulheres” sustenta a “especialidade no sofrimento de mulheres” (p. 144-145).

As condutas de saúde sensíveis às perdas perinatais não são direcionadas a confrontar os enlutados com a realidade da morte ou dos corpos despedaçados pela retirada do útero. Conforme argumentação do sexto capítulo, a fronteira entre o passível de visibilização e a dimensão monstruosa é tênue. A apresentação do corpo cadavérico não concerne à encenação da morte, mas à estabilização positiva da trajetória de nascituros/recém-nascidos como membros da família e da vida coletiva. Após a/o extração/parto, o corpo personificado e qualificado como “filho” é oferecido aos pais, sem a obrigação de aceitá-lo. Os cuidadores perinatais postulam que o morto adquire o valor de pessoa – com dignidade e inscrição comunitária – quando nomeado, vestido e entregue ao casal enlutado por um profissional de saúde. Um dossiê é entregue com recordações da criança desejada. Mediante a representação



do corpo como “pequenos bonecos de carne” (p. 186), é possível incluir cachos de cabelo e impressões digitais das mãos/pés.

Os ritos institucionais de despedida são fundamentados em releituras de perspectivas religiosas e culturais, cujas premissas valorizam a reprodução e o projeto de família imaginado. A administração dos restos mortais avalia e contradiz os destinos dos corpos por prismas de (im)potência do estatuto de pessoa de nascituros/recém-nascidos. A biopolítica confronta as dimensões de *zoe/bios* postuladas por Giorgio Agamben (2002). Quando a morte ocorre em estágio de desenvolvimento intrauterino, o itinerário biográfico do projeto de família é desconsiderado.

A noção de traço é relevante na elaboração do luto perinatal. Devido às premissas de materialização dos mortos, alguns crematórios franceses atenderam a demanda por vestígios no processo de ressignificação das perdas. São destacados os episódios de cremação, uma vez que as cinzas de corpos menores de um ano são completamente dissipadas na incineração. As práticas do Cemitério do Père-Lachaise (Paris, França) analisadas pela autora revelam tendências inovadoras em torno dos rituais fúnebres de mortes precoces. A colocação de medalhões de cerâmica com a inicial do morto junto ao caixão incinerado é recomendada; os agentes funerários entregam essa lembrança aos pais. A apresentação do filho falecido ocorre a partir da representação do corpo em objeto, um testemunho simbólico da existência da “criança” na sociedade.

Segundo Memmi, ritos funerais e cremações sustentam a sacralidade do corpo morto enquanto *locus* da subjetividade. A ética é encarnada e o falecimento é simbolizado a partir da retirada do corpo de circulação e convívio coletivo – “ele não está mais entre nós”. A elaboração psíquica da morte é delineada e sustentada pela consciência e ritualização da ausência corporal na comunidade. Ao apoiar os projetos de desejo de filho e família de pais enlutados, os especialistas em luto são, também, especialistas em corpos.

A autonormatização dos sujeitos por ideais de desempenho resulta em uma “biopolítica delegada” (p. 166) aos indivíduos. O luto “saudável”, fundado na ordem, previsibilidade e superação, provoca mudanças nas mentalidades e torna-se demanda social. A “elaboração” do luto é também “aceleração” (p. 183), e a economia das emoções é sustentada pela máxima de “fazer chorar hoje é ganhar tempo amanhã” (p. 183). A sensibilização aos óbitos perinatais ilumina modalidades de luto privadas de direitos. As normas e os discursos de “biologização de identidades sociais” (p. 201) regulam os projetos de família e as expressões da morte na contemporaneidade.

O universo teórico e prático analisado pela autora se aproxima de outros movimentos calcados no “natural” – os ideários de “parto respeitoso” e “boa morte” (Menezes, 2003). Reflexo de modelos de humanização da assistência reprodutiva (Hirsch, 2019) e dos cuidados paliativos, a morte perinatal produz novas gramáticas profissionais centradas no apoio e dignificação dos projetos de vida e família afetados. Em resposta à tecnologização da vida e das populações, emergem movimentos de retorno pagão à natureza (Menezes, 2004).

Entretanto, não se trata de uma reedição do passado, segundo as premissas do modelo tradicional desenvolvidas por Ariès (1981). A visibilização social da morte pela expressão de

enlutados e o trabalho de especialistas não promove aceitação, mas refinamento da concepção de “tabu” pela qualificação positiva de sofrimentos controlados. As interlocuções e tensões das normas de vivência dos processos de luto e margens de liberdade indicam novas preocupações sociais. A intensidade e hierarquização das emoções referentes ao ente perdido revelam e denunciam instabilidades no estatuto e valor de pessoa.

Ao deslizar entre a antropologia dos corpos e dos afetos, *La seconde vie des bébés morts* permite reflexões sobre éticas seletivas e relações de poder no cenário reprodutivo. A partir da condição de ser passível de luto (Butler, 2009), a profissionalização do cuidado em morte perinatal evidencia a categorização dos produtos conceptivos (e dos corpos femininos) por prismas de (in)dignidade. Analisar as perdas prematuras segundo apreciação da história das mentalidades possibilita novos aportes teóricos aos estudos de reprodução e conjugalidade. A perspectiva ética de sensibilização e inclusão social de mulheres afetadas concede substrato para outras investigações – como do sul global e acerca das desigualdades sociais. Assim, trata-se de relevante referência para reflexões sobre projeto de vida e família, com destaque às análises das ciências sociais e humanas em saúde.

Referências Bibliográficas

- Agamben, G. (2002). *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Ariès, P. (1981). *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Ariès, P. (2012). *História da morte no ocidente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Baszanger, I. (1995). *Douleur et médecine, la fin d'un oubli*. Paris: Seuil.
- Baudelaire, C. (1985). Os faróis. In C. Baudelaire. *As flores do mal* (p. 121-124). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Butler, J. (2009). *Frames of war: when is life grievable?*. New York: Verso.
- Delais de Parseval, G. (1998). Requiem pour les morts-nées sans sepulture. In C. Le Grand-Sébillé; M-F. Morel & F. Zonabend (Org.). *Le foetus, le nourrisson et la mort* (p. 169-178). Paris: L'Harmattan.
- Duarte, L. F. D. (1999). O império dos sentidos: sensibilidade, sensualidade e sexualidade na cultura ocidental moderna. In M. L. Heilborn (Org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais* (p. 21-30). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Duarte, L. F. D. (2012). Pessoa e indivíduo. In A. C. de S. Lima. *Antropologia e direito: temas antropológicos para estudos jurídicos* (p. 141-145). Brasília / Rio de Janeiro / Blumenau: Associação Brasileira de Antropologia/LACED/Nova Letra.
- Dumoulin, M. & Valat, A-S. (1998). L'enfant décédé en maternité: un rituel réinventé. In C. Le Grand-Sébillé; M-F. Morel; & F. Zonabend (Org.). *Le foetus, le nourrisson et la mort* (p. 207-230). Paris: L'Harmattan.
- Elias, N. (2001). *A solidão dos moribundos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Fassin, D. & Memmi, D. (Org.). (2004). *Le gouvernement des corps*. Paris: Éd. De l'EHESS.



Freud, S. (1915/2010). Considerações atuais sobre a guerra e a morte. In S. Freud. *Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos* (p. 209-246). São Paulo: Companhia das Letras.

Freud, S. (1917 [1915]/2010). Luto e melancolia. In S. Freud. *Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos* (p. 170-194). São Paulo: Companhia das Letras.

Hanus, M. (1976). *La pathologie du deuil*. Paris: Masson.

Hirsch, O. N. (2019). *Parto natural, parto humanizado: perspectivas de mulheres de camadas populares e médias*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

Laplanche, J. & Pontalis, J-B. L. (2001). Elaboração psíquica. In J. Laplanche & J-B. L. Pontalis. *Vocabulário da Psicanálise* (p. 143-145). São Paulo: Martins Fontes.

Menezes, R. A. (2003). Tecnologia e morte natural: o morrer na contemporaneidade. *PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva*, 13(2), 129-147. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312003000200008>

Menezes, R. A. (2004). *Em busca da boa morte: antropologia dos cuidados paliativos*. Rio de Janeiro: Garamond.

Memmi, D. (1998). Le corps protestataire aujourd'hui: une économie de la menace et de la présence. *Sociétés contemporaines*, 31, 87-106. <https://doi.org/10.3406/socco.1998.1772>

Memmi, D. (2003). *Faire vivre et laisser Mourir: le gouvernement contemporain de la naissance et de la mort*. Paris: La Découverte.

Memmi, D. (2011). *La seconde vie des bébés morts*. Paris : Éd. De l'EHESS.

Memmi, D. (2014). *La revanche de la chair. Essai sur les nouveaux supports de l'identité*. Paris: Seuil.

Morel, M-F. (1998). Représenter l'enfant mort dans l'Occident chrétien du Moyen Âge à nos jours. In C. Le Grand-Sébillé; M-F Morel; & F. Zonabend (Org.). *Le foetus, le nourrisson et la mort* (p. 83-104). Paris: L'Harmattan.

Morel, M-F. (2001). Images du petit enfant mort dans l'histoire. *Études sur la mort*, 119(1), 17-38. <https://doi.org/10.3917/eslm.119.0017>

Raimbault, G. (2004). *Parlons du deuil*. Paris: Essais Payot.

Théry, I. (1998). *Couple, filiation et parenté aujourd'hui. Le droit face aux mutations de la famille et de la vie privée*. Paris: Éditions Odile Jacob.

Thomas, L-V. (1975). *Anthropologie de la mort*. Paris: Payot.

Yonnet, P. (2006). *Familles. 1. Le recul de la mort. L'avènement de l'individu contemporain*. Paris: Gallimard.

Recebido em: 19 de novembro de 2022

Aprovado em: 25 de maio de 2023

